

Trabalho recebido em:

20/04/2004

Aprovado para publicação em:

29/09/2004

Paulo Eduardo Moruzzi Marques

*Doutor em Sociologia. Professor-colaborador do PPGDR da UFRGS.
E-mail: paulo.marques@ufrgs.br*

CONCEPÇÕES EM DISPUTA NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR: UMA RELEITURA SOBRE A CRIAÇÃO DO PRONAF

RESUMO

Este artigo visa discutir as concepções que orientaram a construção dos instrumentos de apoio à agricultura familiar contidos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A identificação dos fundamentos originais deste programa se reveste de uma importância maior para a inteligibilidade dos processos de ajustes das políticas em favor da agricultura familiar. Discutem-se os pressupostos dos diferentes pensamentos que prescrevem a sustentação das formas familiares de produção agrícola, tendo como parâmetro fundamental o período compreendido entre a criação do PRONAF (1995) e a metade do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (2000). As intenções deste trabalho se orientam, em particular, para a análise da construção dos pilares nos quais está assentado o PRONAF.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar, Políticas Públicas, Desenvolvimento Rural.

COMPETING CONCEPTIONS AROUND THE PUBLIC POLICIES OF SUPPORT TO THE FAMILY FARMING: A NEW READING ABOUT THE PRONAF CONSTRUCTION

ABSTRACT

This paper intends to discuss the conceptions which guide the construction of the instrument of support to the family farming, which are at the main Brazilian public intervention in this sector, the *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (National Program for Strengthening of Family Farming) (PRONAF). The beginning and the identification of the first fundaments of this program have a greatest importance for the intelligibility of the policies adjustments processes in favor of a family agriculture. Thus, it also intends to discuss the presuppositions of the different thoughts which give support to the family ways of agriculture production, being a fundamental parameter the period between the PRONAF creation (1995) and the middle of the second government of the former Brazilian president Fernando Henrique Cardoso (2000). The intentions of this paper are directed towards the analyses of the building of the pillars on which this program is based.

Key words: Family Agriculture, Public Policies, Rural Development.

1. INTRODUÇÃO

Progressivamente, a noção da multifuncionalidade da agricultura ganha terreno, sobretudo nos debates acadêmicos referentes às políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Esta percepção nos estimula a examinar, de forma retrospectiva, as concepções que orientaram a construção dos instrumentos de apoio à agricultura familiar contidos na principal intervenção pública brasileira tendo esta finalidade, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A intenção deste exercício consiste em iluminar as bases sobre as quais se edificam os novos percursos das políticas em favor da agricultura familiar.

Em política pública, a coerência das iniciativas e a evolução das idéias se ajustam gradualmente à própria dinâmica da ação e à maturação dos debates. Neste sentido, convém realçar a vitalidade dos desdobramentos referentes ao PRONAF. Efetivamente, os rearranjos frequentes promovem novas idéias e crenças. No entanto, a gênese e a identificação dos fundamentos inaugurais se revestem de uma importância maior para a inteligibilidade do processo.

Portanto, este trabalho propõe discutir os pressupostos dos diferentes pensamentos que prescrevem a sustentação das formas familiares de produção agrícola, tendo como parâmetro fundamental o período compreendido entre a criação do PRONAF (1995) e a metade do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (2000). Nesta última baliza, parecem estar bem assentadas as mudanças provocadas pela transferência ministerial do programa (da Agricultura para o Desenvolvimento Agrário).

Este artigo se alimenta, de forma predominante, das reflexões contidas no terceiro e quarto capítulos da tese *Agriculture familiale et participation au Brésil: les conseils municipaux de développement rural du PRONAF (acteurs, intérêts et pouvoir)* (Morruzzi Marques, 2002). Neste estudo, procurou-se identificar os traços que distinguem o PRONAF a partir, em particular, da análise das publicações e dos discursos elaborados pelos atores implicados¹.

Os limites e as intenções deste trabalho requererem a concentração de nossas atenções nas interrogações em torno de quais lógicas sustentam as duas principais linhas de pensamento que impulsionaram a elaboração do progra-

ma. Trata-se de estudar as idéias que predominaram na construção dos pilares nos quais está assentado o PRONAF. Enfatizando objetivos distintos, estas correntes cimentaram os alicerces dos dois sub-programas que prevaleceram durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso no âmbito do PRONAF: a linha de crédito e a linha de infra-estrutura e serviços para os municípios.

Em geral, a idéia de fortalecimento da agricultura familiar se inscreve na crítica às conseqüências sociais e ambientais desastrosas da modernização conservadora da agricultura brasileira. De outra parte, o exemplo do desenvolvimento de um grande número de países industrializados reforça os argumentos em torno das conseqüências favoráveis do apoio aos agricultores familiares no que diz respeito à saúde econômica e à democratização substancial destes países (Ferreira, Silveira e Garcia: 2001).

Todavia, os discursos em torno da reorientação das políticas agrícolas e do desenvolvimento rural em prol da agricultura familiar possuem diferentes contornos. O estudo das idéias das principais correntes implicadas neste campo de debate revela interpretações diversas, associadas às posições sociais dos protagonistas. A título de exemplo, as intervenções reclamando uma dilatação do universo dos agricultores familiares acobertam, em realidade, uma preferência por outras formas de identificação dos produtores rurais. Esta análise é desenvolvida no item subsequente, no qual examinam-se as características do campo de controvérsias em torno das políticas orientadas para a agricultura familiar. As duas correntes de pensamento, destacadas neste artigo, são examinadas nas seções subsequentes.

2. UM CAMPO EFERVESCENTE DE DISPUTA E DE PRODUÇÃO DE IDÉIAS

A demarcação de um campo de disputa pode ser realizada a partir da concorrência entre interesses específicos de agentes e instituições, concebendo-se a sociedade como constituída de múltiplos campos sociais. As rivalidades estruturam o debate, cujas características são próprias de cada campo. As lutas visando legitimar representações particulares do mundo social de cada grupo determinam, em última instância, um campo de disputa.²

As diferentes correntes de pensamento dos atores en-

¹ As pistas de análise propostas no livro *L'invention de la politique culturelle* foram igualmente proveitosos para o aprimoramento deste artigo (Urfalino:1996).

² Estas idéias se nutrem das reflexões desenvolvidas por Pierre Bourdieu (1989, 2002) e de re-apropria-

gajados no debate e na construção do PRONAF fornecem elementos para delimitar um campo de disputa e de produção de idéias em torno das políticas orientadas para a agricultura familiar. Neste intuito, duas referências sobre o tema “agricultura familiar” nos parecem fecundas para a reflexão: por um lado, os estudos de tipologias realizados pela equipe FAO/INCRA e, por outro lado, o modelo proposto por Hughes Lamarche.

Oportuno lembrar que os diversos trabalhos elaborados graças ao acordo FAO-INCRA constituem balizas essenciais do programa em exame. Desde os primeiros esboços da preparação do documento que precedeu o PRONAF (o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PLANAF)³, tomou-se como referência essencial os estudos da equipe cuja coordenação geral é de Carlos Enrique Guanziroli (1995). Desde o primeiro trabalho, estabeleceu-se uma clivagem entre a agricultura familiar e a agricultura patronal. O eixo central da diferença funda-se na idéia de que, na agricultura familiar, o trabalho assalariado não é o predominante, o que implica numa série de conseqüências em relação à tomada de decisão e organização das unidades de produção. Destaca-se aqui a relação profunda entre a gestão e o trabalho na agricultura familiar. Esta última é classificada em três categorias: consolidada (integrada ao mercado, possui acesso às políticas públicas e às inovações tecnológicas); em transição (parcialmente integrada ao mercado e aos circuitos tecnológicos, o que favorece sua eventual viabilidade econômica); e periférica (grupo mais numeroso cuja viabilidade econômica é negada, o que implica em dependência de atividades não agrícolas e de intervenções de reforma agrária).

A evolução do PRONAF favoreceu a realização de novos estudos quanto à presença e às características da agricultura familiar. Nova pesquisa patrocinada pelo acordo FAO/INCRA realçou o regime de trabalho e o modo de gestão das unidades agrícolas de produção a fim de definir e quantificar a agricultura familiar brasileira. A classi-

ficação estabelecida, cujas categorias fundamentais não se alteraram, fundou-se principalmente na renda bruta monetária (Guanziroli, 1996).

Em 2000, a equipe do acordo de cooperação FAO/INCRA ainda aprimorou os trabalhos, procurando estabelecer critérios relativos às relações sociais de produção (Guanziroli e Cardim, 2000). O tamanho da área e o valor de produção foram minimizados nesta abordagem. Tratou-se de um afastamento ainda maior da associação entre agricultura familiar e pequena produção com renda reduzida. Neste estudo, o número de estabelecimentos familiares brasileiros chega a 4.139.369, correspondendo a 85,2% das unidades, 30,5% da área e 37,9% do valor bruto de produção. A inovação mais notável deste trabalho se refere à proposta de uma nova tipologia para a agricultura familiar brasileira: capitalizados (grupo A), em via de capitalização (grupo B), em via de descapitalização (grupo C) e descapitalizados (grupo D). O termo periférico, desaprovado por numerosos autores, foi abandonado.

De outra parte, os trabalhos realizados pela equipe internacional de pesquisa coordenada por Hugues Lamarche (1993) salientam a heterogeneidade para explicar a presença e resistência da agricultura familiar. Os autores concebem uma tipologia que permite identificar formas de organização das unidades de produção, tomando sobretudo em conta graus de relação com o mercado. Nesta escala, dois modelos situados em suas extremidades foram caracterizados: o original e o ideal. O primeiro corresponde aos traços clássicos do camponês, notadamente sua relativa autarcia, assentada no trabalho familiar em torno do qual a relação entre as necessidades de consumo e a organização produtiva é muito forte. No pólo oposto se situa o modelo ideal, caracterizado por uma total integração à economia de mercado. Entre os dois pólos, existem infinitas possibilidades. Esta construção fornece elementos para refletir sobre os parâmetros em torno dos quais orientam-se escolhas e são definidas estratégias⁴.

ções empregadas na análise de problemas brasileiros (Romano, 1995, pp. 66-77, Moreira, 1996 e Moruzzi-Marques, 1996). Convém igualmente considerar que as visões de mundo das correntes em concorrência se distinguem graças ao reconhecimento dos interesses presentes em seus discursos. O lugar social e a proporção das formas de capital (econômico, cultural e social) dos atores implicados são parâmetros fundamentais para a percepção do problema e para a formulação de respostas. As distinções que asseguram, num momento determinado, a aprovação de um discurso dependem de uma acumulação particular de prestígio e de autoridade. Por conseqüência, os estoques de capital simbólico definem os agentes que, por sua vez, determinam o conjunto das questões importantes para a coletividade deste campo.

³ Secretaria do desenvolvimento rural, *Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF)*, Brasília, Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, agosto 1995.

⁴ Nos países capitalistas avançados, o autor associa a eliminação dos agricultores a uma extrema ancoragem no modelo original, o que impediu a transformação de suas unidades de produção. Por outro lado,

A apresentação destas referências analíticas permite agora iniciar o delineamento do campo de idéias em torno do PRONAF. Com efeito, as duas principais concepções implicadas no nascimento do programa apontam para direções opostas em termos do tipo de agricultura familiar a ser privilegiado pela intervenção dos poderes públicos. Desta maneira, pode-se considerar que uma corrente acentua os objetivos sociais atingíveis em razão do apoio fornecido à agricultura familiar e a outra destaca objetivos econômicos alcançáveis a partir da sustentação das unidades familiares de produção. Deste debate e concepções surgem as linhas fundamentais do programa, que revelam a tensão entre as opções “consolidada” (correspondendo a um ideal de agricultura familiar) e “periférica” (representando, de algum modo, o ponto originário da agricultura familiar brasileira, associada historicamente à precariedade).

Neste artigo, procura-se analisar os contornos destas concepções, tendo em conta a complexidade desta tarefa, visto que estas correntes não são perfeitamente compartimentadas. Antes porém, convém ainda nesta seção apresentar alguns traços de dois outros grupos implicados neste campo de debates. Trata-se das correntes conservadora e cética.

2.1. PENSAMENTO CONSERVADOR

Situado sobre uma linha de continuidade da “modernização conservadora da agricultura brasileira”, o grupo conservador constitui o núcleo duro em torno das determinações da política agrícola e agrária do país. Com efeito, as políticas seletivas de transformação da base técnica da agricultura privilegiaram, em particular, os interesses dos grandes proprietários fundiários, do pólo industrial dos complexos agro-industriais e a órbita financeira da agricultura (Moreira, 1985). Mesmo com a afluência de outros atores e iniciativas, é forçoso reconhecer a rearticula-

ção e a re-acomodação dos interesses deste bloco no ambiente da democratização brasileira. Neste quadro, os locutores autorizados deste grupo podem se engajar no campo de debate em questão a fim de se re-apropriar das noções emergentes, procurando torna-las assimiláveis segundo seus pontos de vista.

Os textos publicados sobre a pequena produção e a agricultura familiar no âmbito da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) permitem desenvolver esta interpretação. A propósito, a idéia de “unidade” encontra-se no centro destas construções discursivas. Trata-se, em última análise, de apresentar a CNA como a entidade mais apta para representar os pequenos agricultores, cujas aspirações e reivindicações seriam as mesmas dos grandes empreendedores rurais.

Assim, a negação do conflito constitui um traço essencial desta argumentação. Reclama-se a despolitização do debate, pressupondo um olhar técnico em vista do interesse geral⁵. No entanto, as rivalidades em torno da representação dos agricultores se acentuaram em razão da implantação do PRONAF. Os porta-vozes da CNA passam a criticar energeticamente a CONTAG pelo abandono dos assalariados agrícolas, tendo em conta o privilégio concedido à categoria dos agricultores familiares⁶.

Ademais, os representantes da CNA estimam que a CONTAG emprega o termo agricultura familiar de maneira extremamente restritiva. Deste ponto de vista, a gestão do estabelecimento rural, sendo controlada pela família, é um aspecto suficiente para definir uma unidade de produção familiar.

Estes propósitos são claramente desenvolvidos num artigo publicado na revista da CNA (Carvalho, 2000). Em meio urbano, a concepção de empresa familiar se refere, por um lado, às organizações cuja história está associada a uma mesma família ao menos por duas gerações e, por outro lado, àquelas que são administradas por membros

aqueles que perderam totalmente os valores sócio-culturais do modelo tipo camponês também perderam sua capacidade de pensar alternativas nos momentos de crise. Para H. Lamarche, o afastamento dos extremos seria a solução mais adequada para a reprodução da agricultura familiar. De toda forma, as unidades familiares possuem uma excepcional capacidade de adaptação, o que explica sua presença em diferentes momentos históricos.

⁵ As análises de Clauss Offe (1984) sobre as lógicas das organizações patronais são muito pertinentes para o estudo deste discurso.

⁶ Oportuno mencionar que a representação dos agricultores familiares constitui um ponto central das controvérsias. A CNA reivindica a representação dos agricultores que explorem mais de um módulo fiscal, ou seja um significativo número de agricultores familiares, segundo os critérios do PRONAF. Por outro lado, a CONTAG preconiza os mesmos critérios do programa a fim de estabelecer as regras de adesão sindical, o que significa incorporar todos os agricultores em unidades com área inferior a quatro módulos fiscais. De todo modo, vários mecanismos legais permitem à CNA de se apresentar como representante autorizada dos agricultores familiares.

da família proprietária. Nesta ótica, a dimensão da empresa não importa. O autor estima que a não-aplicação destes critérios na agricultura é inexplicável.

De acordo com este raciocínio, o PRONAF está na contra-mão da história por não incorporar os empregadores entre seus beneficiados⁷. Para o autor, esta opção constitui uma discriminação e inibe o crescimento da renda e dos empregos rurais. Todavia, esta afirmação pode ser contestada tendo em vista que o desaparecimento das unidades de produção exploradas diretamente pelo agricultor e sua família representa a mais severa redução da atividade no meio rural. Estes estabelecimentos apresentam, efetivamente, uma relação mais intensa entre trabalhadores e unidades de área cultivada⁸.

Se a agricultura familiar não deve ser necessariamente associada à dimensão do estabelecimento, duas ressalvas são consideradas neste discurso: por um lado, grandes plantações (requerendo uma lógica particular de administração) e, por outro lado, as unidades de menos de dois módulos fiscais (não utilizando insumos modernos e não inseridas nas dinâmicas de mercado). Estas últimas não são consideradas como pertencentes à agricultura familiar, mas à pequena produção. Neste quadro, apesar de consentir no apoio à pequena produção (pois ela representa a fração mais numerosa dos estabelecimentos rurais), o porta-voz do setor insiste sobre a idéia de que a maior parte deste grupo está, fatalmente, condenada. Nesta ótica, é preferível reforçar a agricultura viável economicamente antes de promover, por exemplo, a reforma agrária⁹.

Esta argumentação revela, com efeito, a grande insatisfação dos representantes das organizações patronais agrícolas com a propagação do termo agricultura familiar. De fato, o setor patronal, reiteradamente, evoca uma classificação na qual os estabelecimentos rurais compõem, finalmente, dois grupos: a pequena produção e a agricultura

profissional ou comercial.

2.2. CORRENTE CÉTICA

Para analisar a intervenção da corrente cética em relação ao PRONAF, é oportuno mencionar que a ação política gira em torno da desconstrução e reconstrução das representações do mundo social. Deste modo, trata-se de produzir os simbolismos que permitem a conservação ou a transformação da sociedade. Efetivamente, os grupos sociais dominados não são favorecidos pelos “efeitos de conhecimento” da ordem social, cuja manutenção se associa às formas de reconhecimento objetivo e de desconhecimento do arbitrário de seus fundamentos. Desta forma, estabelece-se uma espécie de adesão originária a um conformismo social. O campo político constitui, indubitavelmente, um espaço de denúncias contra estes contratos implícitos, a subversão política pressupondo a subversão cognitiva. Assim, um discurso herético subentende uma ruptura com o senso comum, ao mesmo tempo em que busca construir as aspirações legítimas de um grupo social (Bourdieu: 2001, pp. 187-198).

A radicalização do MST e suas desconfianças a propósito da implantação do PRONAF se inscrevem, com efeito, numa história de heresia, de resistência e de formas de lutas que transgridem as regras do jogo político, mas que não inclui o uso deliberado da violência. Trata-se de denunciar e de modificar as normas do sistema, efetivamente muito desfavorável ao grupo social composto pelos sem-terra e assentados¹⁰. A insubmissão do MST o conduz a uma vigorosa crítica dos programas de reforma agrária e de desenvolvimento rural (insuficientes, inadequados e condicionados aos programas de ajustes neoliberais). A bússola desta crítica consiste em conceber a reforma agrária como absolutamente indispensável à fundação de um novo projeto de sociedade no Brasil. É a partir desta ori-

⁷ De fato, o critério segundo o qual a agricultura familiar utiliza esporadicamente o trabalho assalariado foi fortemente contestado pelos empregadores rurais. Segundo Suely Couto Rosa (1996), representantes deste setor, em particular da CNA, foram os maiores defensores da idéia de que as unidades empregando até dois trabalhadores permanentes possam aceder aos recursos do PRONAF, autorizada pela resolução nº 2.310 de 29 de agosto de 1996.

⁸ Segundo Carlos Enrique Guanziroli e Silvia Elisabeth Cardim (2000, pp. 28-30), mesmo dispondo de apenas 30% da área agrícola brasileira, a agricultura familiar (tal como é definida pelos estudos FAO/INCRA) ocupa 76,9% dos trabalhadores agrícolas, ou seja 13.780.201 pessoas.

⁹ Para alimentar seu propósito, o autor evoca o exemplo dos Estados Unidos onde apenas 2% da população exercem uma atividade agrícola. No Brasil, a população rural é ainda extremamente importante. Nesta linha de raciocínio, a desapropriação de propriedades rurais se revela incompatível com as tendências de diminuição da população rural, verificadas nos países desenvolvidos, ainda mais que o custo destas operações sejam considerados exagerados.

¹⁰ Os trabalhos de Alberto Melucci (2001) sobre os movimentos sociais oferecem pistas consistentes para a análise da ação do MST, assim como as reflexões de Florence Raes (2001).

entação que o movimento procura construir seus espaços de negociação.

Defendendo uma “agricultura familiar cooperativa”, o MST introduz aspectos particulares no debate, insistindo repetidamente sobre o papel da cooperação¹¹. A recusa em participar dos conselhos constituídos no âmbito do PRONAF, em todos os níveis, foi justificada pela idéia de que esta participação representaria uma fonte de legitimação de um governo responsável por uma política adversa à agricultura familiar. Nesta perspectiva, trata-se de cooptar o movimento social, tornando impossível o combate contra os programas governamentais em seu conjunto¹².

Fundado em alguns sólidos argumentos, o MST avalia que a implantação da política de descentralização do PRONAF rompe, paradoxalmente, com conquistas importantes ligadas à participação do movimento social, notadamente o fim dos trabalhos das comissões regionais do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), extinto na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Todavia, se a instalação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural constitui um processo contraditório (no qual, muitas vezes, legitima-se o poder desmedido de prefeitos e outros poderosos locais), dirigentes entrevistados do MST manifestam uma certa simpatia pela iniciativa. Entretanto, estas mesmas vozes reconhecem enormes dificuldades para intervir nestes fóruns. Nestas circunstâncias, a rejeição constitui a posição oficial do MST em relação aos conselhos. Seja como for, convém sublinhar que, no período considerado, o movimento pôde construir novos espaços de negociação com as equipes de governo.

3. O PRIVILÉGIO DOS OBJETIVOS ECONÔMICOS

A primeira intervenção identificada ao PRONAF se refere ao crédito diferenciado aos agricultores familiares.

Em 1995, duzentos milhões de reais foram orçados para a rubrica “crédito” do programa, montante considerado elevado pelos setores econômicos do governo¹³. A consolidação, relativamente rápida, deste tipo de iniciativa (favorecendo agricultores familiares bem inseridos nas dinâmicas de mercado) assenta-se, em grande medida, sobre um privilégio de objetivos econômicos na ocasião de nascimento do programa.

Por outro lado, a defesa de uma concentração dos esforços dos dois principais braços do PRONAF (crédito e infra-estrutura/serviços) nos municípios nos quais a agricultura familiar possa ser capaz de responder, de forma eficaz, ao apoio da política agrícola permite distinguir uma idéia pertinente para identificar a corrente que privilegia os objetivos econômicos da sustentação das unidades familiares de produção agrícola. Esta perspectiva tende a orientar o programa como um todo em favor dos agricultores familiares mais capitalizados.

A mais nítida recomendação neste sentido se encontra em textos de Ricardo Abramovay e de José Eli da Veiga. Aliás, convém reconhecer o mérito destes dois autores no que diz respeito à legitimação acadêmica, em razão de trabalhos de qualidade e rigor, do deslocamento da agricultura familiar para o primeiro plano do debate em torno da política agrícola. Estes professores da Universidade de São Paulo, profundamente engajados na construção do PRONAF¹⁴, insistem sobre as potencialidades da agricultura familiar em dinamizar a economia.

Em suas reflexões, José Eli da Veiga (1991) destaca que a maior parte das políticas agrícolas dos países mais industrializados foi orientada para o crescimento da oferta alimentar num ritmo superior ao da demanda, implicando investimento massivos e públicos na pesquisa, extensão e infra-estrutura. Desta forma, foi alcançada uma redução progressiva dos preços dos alimentos, ao mesmo tempo em que era assegurada uma remuneração aceitá-

¹¹ O livro *A Formação dos assentamentos rurais no Brasil, processos sociais e políticas públicas* fornece elementos de análise oportunos para este debate (Medeiros e Leite: 1999). A crítica de Horácio Martins de Carvalho (1999, pp. 27-39) aos documentos de base do MST constitui outra referência apropriada para a reflexão. O autor observa uma redução da pluralidade de formas de cooperação a um sistema técnico burocrático de cooperativas.

¹² A respeito, durante o último mandato de Fernando Henrique Cardoso, a implantação do Banco da Terra mereceu uma concentrada aversão do MST.

¹³ Esta avaliação é elaborada por Murilo Xavier Flores, secretário do desenvolvimento rural e, portanto, coordenador geral do PRONAF no período. Os recursos aprovados se referiam ao crédito de custeio e geraram 30.496 contratos (perfazendo uma soma de R\$ 89.962.000,00). Em 1998, estes números passaram a 658.836 contratos (no valor de R\$ 1.793.365.000,00) e, em 2000, 928.799 contratos foram assinados (totalizando R\$ 2.287.533.000,00) (Ferreira, Silveira e Garcia, 2001).

¹⁴ Aliás, José Eli da Veiga assumiu a função de secretário executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em agosto de 2001.

vel para o trabalho dos agricultores¹⁵. O êxodo rural foi regulado de maneira a oferecer braços para o mercado de trabalho urbano e a permitir o aumento do tamanho das unidades produtivas, tendo em vista as exigências técnicas da época.

Respondendo de modo eficaz aos objetivos da política agrícola, a agricultura familiar recebeu os apoios necessários para sua modernização. Em suma, a aceleração do desenvolvimento industrial exigia um aumento da parcela do orçamento familiar destinada às despesas não-alimentares. Neste quadro, a agricultura familiar desempenha, ao mesmo tempo, um papel de fornecer alimentos baratos e de constituir um importante mercado consumidor.

Por sua vez, Ricardo Abramovay (1994) concebe um desenvolvimento da agricultura brasileira segundo em estrutura bi-modal. Reconhecendo a importância do setor agrícola patronal, o autor estima, contudo, que a produção primária pode também se apoiar sobre uma agricultura familiar eficaz.

Nesta perspectiva, o autor procura encontrar possibilidades para o problema da reorientação da política agrícola, tomando em conta a tradicional marginalização da agricultura familiar. Avaliando que a agricultura patronal depende cada vez menos da política agrícola, Abramovay estima que a elaboração de um projeto sócio-econômico de desenvolvimento rural fundado sobre a agricultura familiar passa a ser viável. Deste ponto de vista, a legitimidade da política agrícola repousaria na sustentação da capitalização e desenvolvimento de uma agricultura familiar empreendedora e moderna.

A partir destes raciocínios, os dois autores julgam que a agricultura familiar em transição deveria merecer a prioridade do PRONAF na medida em que ela seria a mais apta a integrar os mercados agro-alimentares mais dinâmicos e modernos (Abramovay e Veiga, 1997)¹⁶. Sob di-

ferentes aspectos, os autores parecem inspirados na reforma das estruturas e na representação de três agriculturas, temas maiores em torno da modernização da agricultura francesa. Sinteticamente, este debate se desenvolveu no pós-guerra quando o alcance da segurança alimentar foi destacado como meta essencial da reconstrução do país. Impregnadas por uma concepção fortemente produtivista, as principais organizações representativas dos agricultores franceses, em co-gestão com o Estado, construíram um modelo, em torno da reforma das estruturas, no qual a unidade agrícola moderna, de tamanho compatível com exigências técnicas de mecanização, seria explorada pela força de trabalho do casal. Neste padrão de produção, uma grande parte das unidades, situadas na franja considerada inviável economicamente, deveria desaparecer. Esta orientação implicava na ampliação e tecnificação das unidades restantes (aquelas em transição para o modelo concebido) e no deslocamento para as atividades urbanas e industriais de muitos filhos de agricultores. Este processo é simultâneo ao de construção do Estado de Bem Estar Social, permitindo a criação de mecanismos de proteção social no quadro das profundas transformações em curso (Gervais, Jollivet e Tavernier, 1977; Servolin, 1989; Marloie, 1994 e Roux, 1999).

Convém salientar aqui as reservas de Maria José Carneiro (1997, pp. 70-82) referentes às defasagens entre as alternativas de desenvolvimento da agricultura no Brasil diante daquelas que existiram na Europa. No contexto socioeconômico brasileiro, a opção que privilegia os agricultores familiares mais capitalizados tende a produzir impactos indefensáveis¹⁷.

Incontestavelmente, a linha de crédito do PRONAF favorece, e já favoreceu ainda mais, os agricultores familiares mais capitalizados. Segundo Murilo Xavier Flores, esta propensão foi prevista pela equipe responsável pelo PRONAF¹⁸. Na medida em que o sistema financeiro não

¹⁵ Ademais, a intervenção do Estado garantia somente a remuneração do trabalho dos agricultores, o que impediu a presença de não-agricultores no setor.

¹⁶ Convém evocar que, enquanto secretário executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, José Eli da Veiga (2001, pp. 101-119 e Veiga et alii: 2001) se mostrou bastante sensível sobre o futuro dos pobres do campo. Para o autor, a superação das insuficiências nas definições quanto às fronteiras entre o rural e o urbano no Brasil e a importância das atividades não agrícolas e da pluriatividade dos pobres rurais permitem visualizar o aumento de sinergias entre setores econômicos em vista da consolidação dos estabelecimentos mais precários.

¹⁷ Observando uma lógica produtivista no momento da implantação do PRONAF, a autora sugere a incorporação de novas idéias em vista do fortalecimento dos agricultores familiares, como a ênfase nas tecnologias alternativas. Nesta óptica, o aumento do número de unidades de produção (via reforma agrária), ao invés de uma busca incessante pelo incremento da produtividade, corresponde, de forma mais credível, à perspectiva de uma sustentabilidade sócio-ambiental.

¹⁸ Aliás, convém mencionar o papel aglutinador de Murilo Xavier Flores em vista da obtenção de susten-

é acessível aos agricultores familiares mais marginalizados, a estratégia adotada no início consistiu a encorajar os agricultores situados mais no topo da escala da modernização a reivindicar outro modelo de desenvolvimento. O acesso facilitado ao crédito poderia favorecer a mobilização. Num segundo momento, os gestores do PRONAF cogitavam que a emergência de uma camada pujante de agricultores familiares poderia beneficiar o conjunto da categoria.

Seja como for, esta equipe previa impactos positivos sobre a agricultura familiar mais marginalizada a partir das intervenções do PRONAF Infra-estrutura, notadamente através dos mecanismos de participação. Contudo, pairava neste grupo certo ceticismo, fundado sobre as consideráveis dificuldades de inserção dos agricultores mais pobres num sistema de apoio que não fosse do tipo compensatório.

Defendendo um “projeto alternativo de desenvolvimento”, a CONTAG, ao procurar romper com a assimilação da pequena produção à agricultura de subsistência¹⁹, enfatiza de forma recorrente o potencial econômico da agricultura familiar, descuidando, em certa medida, dos agricultores familiares marginalizados. Ademais, a CONTAG considerava, inicialmente, o crédito (captado predominantemente pelos agricultores familiares consolidados), como instrumento fundamental para sua estratégia²⁰, a linha infra-estrutura sendo vista como compensatória. Estes contornos permitem apresentar a confederação sindical dos trabalhadores rurais de uma maneira inclinada a privilegiar os objetivos econômicos do apoio à agricultura familiar, mesmo que, progressivamente, o crescimento da de-

manda de crédito favoreceu um novo olhar para o PRONAF, associando-o a um programa integral de desenvolvimento rural. Em vista deste último, a CONTAG passa a reorientar seus programas de formação.

Longe de constituir uma reprovação, esta análise procura salientar a evolução da estratégia e do discurso desta confederação sindical, cujo triunfo notório é a propagação para todo o país do debate sobre o lugar da agricultura familiar nas políticas públicas²¹. Trata-se de, como manifesta o secretário de política agrícola da CONTAG, repensar o modelo de desenvolvimento da sociedade, propondo uma alternativa que possa conformar um contrapeso ao padrão agrícola brasileiro, fundado sobre a agricultura patronal.

Ademais, oportuno destacar algumas passagens dos documentos produzidos pela CONTAG, nos quais estratégias de longo prazo combinam-se com outras de curto e médio prazo. Numa perspectiva de mais longo alcance, procura-se associar ao fortalecimento da agricultura familiar um modelo assentado sobre a agroecologia, sensível às questões ambientais, e sobre um novo equilíbrio social, menos desigual²².

4. A PRIMAZIA DOS OBJETIVOS SOCIAIS DA SUSTENTAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Ministério da Agricultura, o PRONAF se estruturou como um apêndice, disposição deliberadamente concebida a fim de evitar os bloqueios no interior de uma instituição pouco inclinada às aspirações dos agricultores

tação para a implantação do PRONAF. A propósito, um texto de sua autoria, no início de sua gestão como presidente da EMBRAPA, é eloqüente sobre novas perspectivas no âmbito das políticas de pesquisa e de desenvolvimento (Flores: 1991).

¹⁹ Como destaca Ricardo Abramovay (1997, pp. 73-78), estes termos implicam num julgamento prévio sobre o comportamento econômico das unidades de produção.

²⁰ Se, no início, a CONTAG se opôs a clivagem entre as categorias dos agricultores familiares, a constatação de uma profunda desigualdade na distribuição do crédito do programa provocou a revisão desta posição. O novo objetivo era permitir que a agricultura familiar em transição tivesse acesso ao crédito. Efetivamente, algumas das novas linhas de crédito permitiram o acesso de muitos agricultores ao sistema bancário. No entanto, a pouca adaptação deste sistema às características diversificadas dos agricultores familiares bloqueia uma parte importante dos financiamentos concebidos.

²¹ Aliás, o sentimento de estar na origem do programa (visto, em particular, como uma conquista das manifestações inovadoras em torno do Grito da Terra) encorajou os dirigentes da CONTAG a participarem ativamente, enquanto parceiros privilegiados do governo federal, da implantação do PRONAF.

²² Ver, por exemplo, CONTAG, *Anais do 6º Congresso nacional dos trabalhadores rurais*, Brasília, abril 1995. Vale lembrar que, ao longo de sua história, a CONTAG, enquanto organização sindical cobrindo um amplo leque de categorias profissionais, realizou um esforço importante para associar, primeiro, o pequeno produtor e, em seguida, o agricultor familiar aos trabalhadores rurais. Neste aspecto, as oposições sindicais, principalmente no seio da CUT, não contestaram a direção da confederação (Medeiros, 1997, pp. 65-72).

familiares. De toda evidência, o fator chave para que este formato fosse possível consistiu na aliança entre as equipes da Secretária de Desenvolvimento Rural e do programa *Comunidade Solidária*.

Isolada no ministério comandado por Andrade Vieira, a equipe de Murilo Xavier Flores²³ encontrou no *Comunidade Solidária*, diretamente ligado ao gabinete presidencial através da Casa Civil da Presidência da República, uma alternativa estratégica fundamental para evitar os constrangimentos impostos pela hierarquia ministerial.

A obtenção de um “selo de prioridade” outorgado pelo *Comunidade solidária* reforçou, com efeito, a presença do PRONAF na estrutura de governo. Concebido como uma intervenção singular, o programa *Comunidade solidária* não contava com orçamento específico e não executava nenhum projeto ou programa. A fim de orientar as políticas contra a exclusão social, sua ação consistia, sobretudo, em conferir um selo de prioridade com o qual um programa governamental obtinha um abono com vistas à sua realização integral²⁴.

A aliança favoreceu, em larga medida, a inclusão do PRONAF no Plano Plurianual e no Orçamento Geral da União. Em 1996, o PRONAF deixou de ser uma linha de crédito para adquirir estatuto de programa governamental, contribuindo para um aumento gradual dos recursos alocados ao programa. Graças ao dispositivo, o PRONAF pôde obter, em particular, orçamento para sua linha infraestrutura e serviços.

Em contrapartida, esta linha foi desenhada de forma a atender diversos requisitos associados às exigências do selo de prioridade do *Comunidade Solidária*. A escolha de municípios situados entre os mais pobres do país se explica, em grande medida, por estes acordos. Efetivamente, 448 municípios entre 1.368 definidos como prioritá-

os pelo *Comunidade Solidária* foram simultaneamente selecionados pelo PRONAF Infra-estrutura²⁵.

O município foi eleito como a esfera privilegiada das ações focadas nas populações mais pobres. Para esta escolha, foram fatores importantes a disponibilidade de dados estatísticos sobre a pobreza no nível municipal (Mapa da Fome), o que ofereceu critérios técnicos para a seleção dos beneficiados, e a idéia de convergir, para os municípios mais pobres, as ações propostas isoladamente por cada ministério (Resende, 2000).

Apesar de considerar as dificuldades técnico-administrativas das prefeituras dos municípios mais pobres e uma organização popular pouco consistente, a equipe do *Comunidade Solidária* apostou na idéia de instalação de conselhos locais, minimamente ativos, em vista de estimular o amadurecimento de uma cultura de participação política. Tratava-se também de permitir que programas federais flexíveis fossem ajustáveis às realidades locais²⁶.

Neste quadro, entre os dezesseis programas privilegiados, o PRONAF foi considerado como “peça fundamental da estratégia de ações integradas para o combate contra a pobreza e a exclusão social do *Comunidade Solidária*” (Silva, 1999). Este aspecto permite relacionar as referências deste programa e as concepções do Banco Mundial em relação à miséria, examinadas em documentos de recomendações para o Brasil no início dos anos 90.

Em grandes linhas, as perspectivas em torno da política agrária e agrícola destes documentos insistem sobre a idéia de que o setor agrícola deva se organizar tendo somente em vista as sinalizações do mercado. Com este propósito, a intervenção do Estado deve se limitar ao combate contra a pobreza, os programas de desenvolvimento rural sendo unicamente concebidos a partir de sua capacidade de reduzir a miséria (Vilela, 1997).

²³ Em parte, sua nomeação se associa ao fato de seu pai ter sido Ministro da Marinha e às suas relações pessoais com Fernando Henrique Cardoso.

²⁴ Em princípio, não seria possível contingenciar a previsão orçamentária destes programas, que eram administrados (técnico e financeiramente) pelos próprios ministérios e seus organismos.

²⁵ Em razão de sua pobreza, estes municípios conhecem, em geral, muitos embaraços para participar financeiramente dos programas federais. Em vista destes limites, a equipe do *Comunidade Solidária* entrevistou simultaneamente sobre dois entraves. De uma parte, procurou suprimir a co-responsabilidade financeira e, de outra parte, tentou apoiar estes municípios em suas renegociações de dívidas. Para Luis Fernando de Lara Resende (2000), os resultados destes esforços foram significativos. Do mesmo modo, a atribuição do “selo de prioridade” contribuiu para o aperfeiçoamento da gestão e para o aumento dos fundos alocados aos programas ministeriais selecionados, apesar da fragilização dos princípios em torno do selo em razão das restrições orçamentárias. Convém igualmente assinalar que o autor menciona, como dificuldade do programa, as transgressões dos ministérios, em particular do Ministério da Agricultura, aos preceitos do dispositivo.

²⁶ Quatro princípios orientavam estas escolhas: a parceria entre as diversas instâncias do governo e a sociedade civil, a solidariedade, a descentralização com vistas a uma participação social e a convergência das intervenções (Resende, 2000).

De toda a evidência, esta prescrição possui um peso que não pode ser negligenciado nas formulações em torno dos programas sociais elaborados na época. Com efeito, a linha infra-estrutura e serviços do PRONAF foi edificada sobre um conjunto de idéias que coincidem, em grande medida, com a perspectiva apresentada acima.

Seja como for, a adoção do PRONAF pelo programa *Comunidade Solidária* permitia divulgar uma resposta aos críticos dos propósitos compensatórios e paliativos deste último. Tratava-se de apresentar o PRONAF como o motor para o desenvolvimento rural dos municípios mais desprovidos. O exemplo deste programa fornecia elementos para alegar que era possível, simultaneamente, combater a pobreza e impulsionar o desenvolvimento.

No entanto, estes contra argumentos não foram suficientes para desencorajar as reprovações. Ainda mais que uma série de inépcias moldou a imagem do programa *Comunidade Solidária*, visto como herdeiro dos vícios das políticas de assistência social no Brasil. Aliás, em nossas entrevistas junto aos conselheiros municipais de desenvolvimento rural, saltou aos olhos a percepção dos entrevistados sobre um disparate identificado ao programa *Comunidade Solidária*. Em tal perspectiva, o fornecimento de cestas de alimentos para os agricultores pobres constitui, antes de tudo, um fator de desestímulo para o desenvolvimento das atividades produtivas nos estabelecimentos familiares. Para nossos propósitos, este aspecto reforça a argumentação de que o objetivo social de combate à miséria do *Comunidade Solidária* precede e desestrutura as possibilidades de intervenção visando o fortalecimento de aspectos produtivos da agricultura familiar, em particular daquela que se encontra nas situações de maior precariedade.

As críticas em relação ao *Comunidade Solidária* foram mais agudas quando, em 1996, dois membros de seu conselho renunciaram. Homens públicos reconhecidos por suas ações de combate à fome no seio das ONG's, Herbert de Souza (IBASE) e Jorge Eduardo Durão (FASE) denunciavam a grande insuficiência das políticas do governo no campo social.

Neste quadro pouco favorável, a equipe do *Comunidade Solidária* experimentou o gosto amargo do afastamento progressivo da CONTAG e da SDR. O distanciamento foi acompanhado pela recusa, por parte destas últimas, da

associação de suas iniciativas com os propósitos que privilegiam, antes de tudo, os objetivos de combate à miséria em torno do apoio à agricultura familiar²⁷.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho procurou analisar o campo de debate em torno da agricultura familiar nos primeiros anos de existência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Diversas concepções em concorrência fornecem traduções desiguais sobre o universo e o lugar da agricultura familiar, tomando-se particularmente em conta os confrontos em torno da elaboração das políticas públicas voltadas para o rural. De fato, a implantação do PRONAF contribuiu com vigor, e continua a contribuir, para a própria construção da categoria dos agricultores familiares, diversa por excelência. As indefinições são flagrantes.

Como perspectiva, em 1997, o Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural apontou rumos para a superação da oposição entre objetivos sociais e econômicos do apoio à agricultura familiar (PNUD, 1997), objetivos cujas características foram analisadas neste trabalho: de um lado, privilegia-se um ideal de consolidação da agricultura familiar (inteiramente integrada às dinâmicas dos mercados e tendendo a uma lógica produtivista) e, de outro lado, prioriza-se a atenuação das mazelas sociais mais dramáticas, concebendo a agricultura familiar a partir de sua origem histórica periférica, em situações de grande precariedade.

No evento em questão, contestou-se a idéia de uma separação inexorável entre uma agricultura familiar próspera e outra tributária de ajudas sociais. De nossa perspectiva, muitas idéias deste encontro antecipam o debate que se propaga sobre a multifuncionalidade da agricultura, noção associada à redefinição do papel dos agricultores familiares no desenvolvimento rural.

Os documentos do seminário mostram reticências em relação às idéias em torno da inviabilidade econômica e da condenação da maioria dos estabelecimentos familiares. No intuito de propor soluções, os serviços de extensão rural deveriam, sobretudo, desenvolver alternativas econômicas aos estabelecimentos familiares que obtêm uma renda muito reduzida.

²⁷ Não faz parte de nossas intenções discutir as propostas de mudanças posteriores em torno do *Comunidade Solidária*. Porém, oportuno salientar que as críticas induziram à formatação de uma nova linha de intervenção, fundada sobre a idéia de um desenvolvimento local intergado e sustentável.

Apesar de bastante idealizada, esta ótica, que caracteriza o técnico da extensão rural como mediador de um diálogo entre diferentes saberes com vistas à descoberta de potencialidades coletivas para a organização social, concebe uma valorização do meio rural em razão do estímulo ao desabrochar das energias locais. Esta reinvenção de valores transforma o espaço rural em lugar propício para lutar contra a exclusão social. A agricultura familiar, polivalente e diversificada, constituiria um eixo para múltiplas iniciativas destinadas à revalorização do território, favorecendo notadamente a criação de oportunidades locais e a participação política. Esta perspectiva reforça, principalmente, os aspectos qualitativos do desenvolvimento. Desta maneira, aproxima-se da noção da multifuncionalidade da agricultura²⁸, na qual a idéia de eficácia econômica incorpora, vigorosamente, temas associados à conservação da biodiversidade, à qualidade ambiental, ao equilíbrio territorial e à coesão social.

6. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo (1994), “O mundo desencantado dos assentamentos”, *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*, São Paulo, Editora da UNESP.

ABRAMOVAY, Ricardo (1997), “Agricultura familiar e uso do solo”, *Brasil agrário, São Paulo em perspectiva*, volume 11, n° 2, São Paulo, Fundação SEADE, pp.73-78.

ABRAMOVAY, Ricardo e VEIGA, José Eli da (1997), “Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)”, *Texto para discussão* n° 641, Brasília, IPEA.

BOURDIEU, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.

BOURDIEU, Pierre (1997), *Les usages sociaux de la science: pour une sociologie clinique du champ scientifique*, Paris, INRA.

BOURDIEU, Pierre (2001), *Langage et pouvoir symbolique*, Paris, éditions du Seuil.

CARNEIRO, Maria José (1997), “Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, n° 8, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, pp. 70-82.

CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato [org.] (2003), *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*, Rio de Janeiro, Mauad.

CARVALHO, Horácio Martins de (1999) “As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (período 1989-1999)”, in *A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)*, *Cadernos de cooperação agrícola* n° 8, São Paulo, Confederação das Cooperativas Agrícolas de Reforma Agrária do Brasil.

CARVALHO, Luciano Marcos (2000), “Pequena propri-

²⁸ No caso brasileiro, a equipe interdisciplinar de pesquisa sobre o tema, que é coordenada por Renato Maluf e Maria José Carneiro (2003), privilegia os seguintes aspectos multifuncionais da agricultura: reprodução socioeconômica das famílias, promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e das paisagens rurais.

idade: guerra de conceitos manipula agricultura familiar”, *Informativo técnico Revista Gleba*, n° 166, ano 45, Brasília, CNA, março. <http://www.cna-rural.com.br>.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger e GARCIA, Ronaldo Coutinho (2001), “A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas”, in GASQUES, José Garcia e CONCEIÇÃO, Junia Cristina, *Transformações da agricultura e políticas públicas*, Brasília, IPEA, pp. 479-539.

FLORES, Murilo Xavier (1991), *Projeto EMBRAPA: a pesquisa agropecuária rumo ao século XXI*, Brasília, EMBRAPA.

GERVAIS, Michel, JOLLIVET, Marcel e TAVERNIER, Yves (1977), “La fin de la France paysanne, depuis 1914” in Georges Duby e Armand Wallon (dir.), *Histoire de la France rurale*, tomo 4, Paris, Seuil.

GUANZIROLI, Carlos Enrique [coord.] (1995), *Diretrizes de política agrária e de desenvolvimento sustentável*, Relatório final do projeto UTF/BRA/036, Brasília, FAO/INCRA.

GUANZIROLI, Carlos Enrique [coord.] (1996), *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*, projeto UTF/BRA/036, Brasília, FAO/INCRA.

GUANZIROLI, Carlos Enrique e CARDIM, Silvia Elisabeth [coord.] (2000), *Novo retrato da agricultura familiar; o Brasil redescoberto*, Brasília, INCRA/Ministério do Desenvolvimento Agrário.

LAMARCHE, Hugues [coord.] (1993), *A agricultura familiar. Comparação internacional*. Campinas, Editora da UNICAMP.

MARLOIE, Marcel (1994), “Agriculture française: la démocratie participative par l’adhésion à la modernité”, *Coopération internationale pour la démocratie*, n° 3, Montpellier, Solagral.

MEDEIROS, Leonilde Servolo (1997), “Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical”, *Brasil agrário, São Paulo em perspectiva*, volume 11, n° 2, São Paulo, Fundação SEADE, pp.65-72

MEDEIROS, Leonilde Servolo e LEITE, Sergio (1999) *A Formação dos assentamentos rurais no Brasil, processos sociais e políticas públicas*, Porto Alegre/Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e CPDA/UFRRJ.

MELUCCI, Alberto (2001), *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*, Petrópolis, Editora Vozes.

MOREIRA, Roberto José (1985), *Quadro recente da agricultura brasileira: A modernização tecnológica e seus determinantes*, Rio de Janeiro, CNPq e CPDA/UFRRJ.

MOREIRA, Roberto José (1996), “Disputas paradigmáticas nos programas de pós-graduação em economia e desenvolvimento rural: Reflexões e desafios”, Seminário Internacional Jornadas Redcapa.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (1996), “Segurança alimentar: a intervenção da Associação Brasileira de Agribusiness no campo de disputa e produção ideológica”, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, CPDA.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2002), *Agriculture familiale et participation au Brésil: les conseils municipaux de développement rural du PRONAF (acteurs, intérêts et pouvoir)*, Tese de Doutorado, Paris, Institut des Hautes Etudes de l’Amérique Latine, Université Paris III.

OFFE, Claus (1984), *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Biblioteca Tempo Universitário n° 79, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

PNUD (1997), *Anais do Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural, uma nova extensão rural para a agricultura familiar*, Brasília, PNUD.

RAES, Florence (2001), “Le Movimento dos trabalhadores rurais sem terra au Brésil: entre luttres paysannes et nouveau mouvement social”, *Lusotopie*, Paris, Association des chercheurs de la revue Lusotopie, pp. 63-90.

RESENDE, Luis Fernando de Lara (2000), “Comunidade solidária: uma alternativa aos fundos sociais”, *Textos para discussão* n° 725, Brasília, IPEA.

ROSA, Suely Couto (1996), “Os desafios do Pronaf: limites

tes de sua implementação”, *Anais do XXVIII Encontro Nacional da APIPSA*, Campina Grande.

ROMANO, Jorge (1995), “Discurso religioso e imaginário na luta pela terra”, *Revista Estudo Sociedade e Agricultura*, n° 4, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, julho, pp. 66-77.

ROUX, Bernard (1999), “L’agriculture familiale em Europe: une perspective historique”, in HAUBERT, Maxime (dir.), *L’avenir des paysans*, Paris, PUF, pp. 29-43.

SERVOLIN, Claude (1989), *L’agriculture moderne*, Paris, Seuil.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (1999), *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF: Uma Avaliação das Ações Realizadas no Período 1995/1998*, Textos para discussão n° 664, Brasília, IPEA.

URFALINO, Philippe (1996), *L’invention de la politique culturelle*, Paris, La documentation française.

VEIGA, José Eli (1991), *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo, Hucitec e Edusp.

VEIGA, José Eli (2001), “O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento”, *Estudos avançados*, n° 43, volume 15, São Paulo, USP, pp. 101-119.

VEIGA, José Eli et alii (2001), *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*, Brasília, FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD).

VILELA, Sergio Luiz de Oliveira (1997), “Qual política para o campo brasileiro ? (Do Banco Mundial ao PRONAF: a trajetória de um novo modelo ?)”, *Anais do XXXV Congresso da SOBER*, Natal/RN.